



SUSTENTABILIDADE INDUSTRIAL



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

Economia de baixo carbono: o Brasil na contramão?

por Larissa Basso¹

Ao longo da última década, duas dinâmicas paralelas caracterizaram os mercados internacionais de energia: de um lado, aumento do consumo mundial de energia; de outro, a consolidação da participação de fontes renováveis nesse mercado.

A primeira dinâmica é influenciada pela melhora dos padrões de desenvolvimento em boa parte dos países emergentes, que incorporam milhões de pessoas ao mercado consumidor de energia, além do aumento do uso de energia em países desenvolvidos. A segunda é influenciada pelo aumento da consciência sobre a relevância das mudanças climáticas e as graves consequências para o futuro da vida no planeta, além de medidas implementadas a favor da mitigação de seus efeitos, que impulsionam a emergente economia global de baixo carbono.

Entre 2005 e 2012, o consumo mundial de energia cresceu 16,94%. Nos Estados Unidos e na China, dois maiores usuários de energia no mundo, (juntos, somam mais de 50% do consumo mundial), o aumento chegou a 70%. Na Índia, elevou-se quase 50%, mas a parcela indiana em toda a energia consumida no mundo segue abaixo de 6%. A Turquia quase dobrou seu consumo, porém permanece com menos de 1% do total mundial. Dentre os grandes consumidores de energia, apenas dois reduziram o uso no período: a União Europeia e o Japão.



Editorial

Em 2014, encerramos nossas atividades cientes de que a crise hídrica no Sudeste do Brasil não iria se resolver tão facilmente. Mas nada poderia nos preparar para as turbulências que estavam por vir. E, como num jogo de dominó, a crise econômica afetou a crise política e vice versa, paralisando o crescimento e desenvolvimento do país e atingindo a indústria nacional. De norte a sul, o consumidor brasileiro anda mais pessimista, sobretudo com o emprego. Nesse cenário nada atraente, uma luz desponta no final do túnel. A Conferência das Partes (COP 21) sobre mudanças climáticas acaba de divulgar o documento final aprovado por 190 países, incluindo desde os mais pobres da Ásia até as economias emergentes, como Brasil e África do Sul, e, também, as nações mais ricas do planeta. Como esperado, o acordo é apenas parcialmente vinculante e estabelece metas ligadas à Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada (Intended Nationally Determined Contributions - INDCs, em inglês). Apesar das decepções de COPs anteriores, entendemos que a COP 21 é um marco histórico no âmbito das negociações políticas internacionais. A velocidade com a qual a internet e mídias sociais nos aproximam facilita a comunicação humana. Por outro lado, às vezes, essas ferramentas enfraquecem o conteúdo dos debates. Nesse momento de reflexão que, inevitavelmente, precede as festas de final de ano, nós da GEMAS reafirmamos nosso compromisso com a informação qualificada, o diálogo constante e a negociação transparente. Nosso boletim é um espaço para análises e opiniões refletindo a diversidade do mundo contemporâneo e consolidando o modelo de desenvolvimento sustentável. Especialistas e pesquisadores da área ambiental já concordam sobre o conceito de sustentabilidade ter se tornado uma utopia. E, por ser uma utopia, ela nos mantém em movimento e vamos continuar a persegui-la.

Boas festas a todos e até 2016 !

Shelley de Souza Carneiro
Gerente Executivo da GEMAS

(continua)

As principais fontes de energia seguem sendo as fósseis: petróleo, carvão mineral e gás natural somados forneceram 81,7% do total da energia global em 2012². No entanto, há uma clara tendência de crescimento de investimentos mundiais em energia renovável, bem como de políticas de suporte ao desenvolvimento dessas energias em diversos países.

Entre 2004 e 2014, os investimentos em energia renovável aumentaram 6 vezes, de US\$ 45 bilhões para US\$ 270 bilhões. Em 2014, houve diminuição da defasagem entre o total investido em países desenvolvidos, US\$ 138,9 bilhões em 2014, e, em países em desenvolvimento, US\$ 131,3 bilhões.

A China é o motor dessa expansão. Em 2014, foram adicionados 10,6 GW e 23,2 GW à sua capacidade, instalada para geração de eletricidade solar fotovoltaica e eólica, respectivamente. O país conta com quase 30GW de capacidade instalada total em energia solar fotovoltaica e 120GW em eólica, sendo 70% da capacidade mundial em energia solar térmica instalada.

No início de 2015, 164 países contavam com metas de participação de energias renováveis em sua matriz energética, um aumento de quase 14% em relação a 2014. A China, novamente, está na vanguarda: pretende alcançar 150GW e 70GW de capacidade instalada em, respectivamente, energia eólica e solar fotovoltaica até 2017. Já a Índia quer alcançar 170GW de capacidade instalada em energias renováveis até 2022 e tem investido em solar e pequenas centrais hidrelétricas. As políticas de suporte às renováveis também estão mais disseminadas: em 2005 estavam presentes em apenas 15 países; em 2014 em 138 países e, no início de 2015, em 145 países³.

O Brasil está inserido nesta dinâmica mundial, mas parece, de alguma forma, remar contra a corrente. Ao contrário da média mundial e de outros países emergentes – seus competidores em mercados internacionais –, o Brasil tem investido menos em energia renovável. Entre 2003 e 2014, o consumo de energia no Brasil aumentou 43,29%, mas a participação das renováveis na matriz energética brasileira diminuiu de 43,91% para 41,86%. As energias fósseis aumentaram de 54,27% para 57,78%⁴. Além disso, enquanto a eficiência energética mundial está crescendo, entre 1990 e 2013 houve diminuição de 1,25% da intensidade energética média mundial. Diminuição de 1,5% na União Europeia, 1,7% na América do Norte e 0,6% na América Latina. No Brasil as perdas de energia nos setores de uso final aumentaram 19,40%, entre 2003 e 2014⁵.

Tabela 1:
Brasil, consumo de energia, por fonte (TPES, 10³ tep (toe))

	TPES 2003	% do total	TPES 2014	% do total	Δ 2003-2014
Petróleo	80688	40,16%	108012	37,52%	33,86%
Gás	15512	7,72%	41343	14,36%	166,52%
Carvão	12848	6,39%	16236	5,64%	26,37%
Urânio	3621	1,80%	1747	0,60%	-51,75%
Total	112669	56,09%	167338	58,13%	48,52%
Hidreletricidade	29477	14,67%	32116	11,15%	8,95%
Lenha	25973	12,93%	24728	8,59%	-4,79%
Cana de açúcar	27093	13,48%	49232	17,10%	81,71%
Outros	5663	2,82%	14427	5,01%	154,75%
Total	88206	43,91%	120503	41,86%	36,61%
Total	200875		287841		43,29%

Fonte: Elaboração própria com base em: Balanço Energético Nacional Séries Completas 1970-2013 e Matriz energética nacional 2014.

¹ Larissa Basso é advogada e doutoranda em Relações Internacionais pela UnB. Contato: larissabasso@gmail.com

² Os cálculos do parágrafo são próprios, com base em dados da Agência Internacional de Energia, Key World Energy Statistics, 2007 e 2014, <<https://www.iea.org/publications/>>.

³ As políticas mais populares são as tarifas feed-in para produção de eletricidade via fontes renováveis: estão presentes em 73 países. Todos os dados do parágrafo são de FS-UNEP, Renewables 2015 Global Status Report, <<http://www.ren21.net/>>.

⁴ Cálculos próprios, baseados em dados do Ministério de Minas e Energia (MME), Balanço Energético Nacional (BEN), Séries Completas 1970-2013 e Matriz energética nacional 2014.

⁵ Dados internacionais de FS-UNEP, Renewables 2015 Global Status Report, <<http://www.ren21.net/>>; para Brasil, cálculos próprios, baseados em dados do Ministério de Minas e Energia (MME), Balanço Energético Nacional (BEN), Séries Completas 1970-2013 e Matriz energética nacional 2014.

Tabela 2:
Brasil, energia útil e perdas, 2003-2014 (10³ tep (toe))

TPES 2003	Uso final 2003	Perdas 2003	TPES 2014	Uso final 2014	Perdas 2014	Δ perdas 2003-2014
200875	169073	31802	287841	249869	37972	19,40%

Fonte: Elaboração própria com base em: Balanço Energético Nacional Séries Completas 1970-2013 e Matriz energética nacional 2014.

Esse movimento brasileiro mostra que estamos perdendo uma importante vantagem competitiva na emergente economia de baixo carbono. O Brasil sai de um patamar bastante vantajoso em relação à média mundial, já que conta com maior parcela de participação de energias renováveis em sua matriz, mas perde progressivamente por conta da grande participação de energias fósseis na matriz e das perdas de energia.

Essa dinâmica pode diminuir nossa competitividade internacional. Cada vez mais há um movimento de diferenciação de produtos não apenas em função de seu uso final, mas também em relação ao modo como foram produzidos. As discussões na Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre o tema são correntes. Se a fonte de energia usada na produção for levada em consideração nessa diferenciação, e essa tendência é forte mundialmente, acreditar que energia boa é energia barata, independente da fonte que a produz, é um grande erro.

Essa posição, defendida por parte do governo federal e de setores produtivos, precisa de atualização. A relevância do tema é tamanha que o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) vai lançar um selo para indicar a “pegada de carbono” dos produtos fabricados no país, informando aos consumidores domésticos e importadores sobre a quantidade de gases de efeito estufa que é gerada no processo de produção⁶.

Investir em produção de energia renovável e em eficiência energética não é, portanto, um custo desnecessário para a indústria brasileira. É um investimento em competitividade mundial.

O Brasil tem enorme potencial para geração de energia por fontes renováveis. Além da hidroeletricidade, grande potencial eólico e solar subaproveitados, tem expertise no uso de biomassa para produção de combustível, principalmente etanol, mas também biodiesel, e de eletricidade, os processos de cogeração da cana-de-açúcar e da utilização de resíduos, inclusive de aterros sanitários.

Há ganhos importantes de eficiência energética a serem explorados com melhor design de edifícios e certificações e *standards* para indústria e transportes. Adaptação regulatória é essencial para aproveitar esse potencial. As medidas adotadas na década passada priorizaram (i) os investimentos na produção de petróleo e concederam subsídios à venda de automóveis no momento em que o etanol perdia competitividade em relação à gasolina, em razão do controle interno dos preços de combustível e (ii) à construção de grandes hidrelétricas com *back up* de térmicas fósseis, essas agora ligadas incessantemente por conta da escassez hídrica.

Não houve investimento em *smart grid* ou políticas de incentivo para energia solar e de biomassa. Para que o quadro se reverta, é nosso papel investir em eficiência energética e pressionar por medidas que a incentivem, além de reivindicar priorização das renováveis da matriz. Sem isso, poderemos sobreviver no curto prazo, mas nossa competitividade sofrerá, e muito, no longo prazo.

⁶ Notícia: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/11/1712757-governo-vai-lancar-selo-verde-para-beneficiar-produtos-brasileiros.shtml>>, de 30 de novembro de 2015.

ACORDO DE PARIS (COP 21)

Após duas semanas de intensas negociações, a Conferência das Partes sobre mudanças climáticas (COP 21) teve o texto final aprovado por 190 países. A *United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCC)* é um dos poucos fóruns mundiais onde todos os países, por menores que sejam, estão representados e seu voto tem o mesmo peso das grandes nações.

O documento representa um avanço em relação às COPs anteriores, mas também um amadurecimento em termos de relações internacionais. Seguem os cinco principais pontos definidos pelo Acordo de Paris, em 12 de dezembro de 2015:



- 1** Limitar o aquecimento global a 2°C ou 1,5°C: o mundo precisará "alcançar um equilíbrio entre a geração de emissões por fontes antrópicas [ligadas às atividades humanas] e a remoção por sumidouros de gases de efeito estufa ainda na segunda metade deste século". Em outras palavras, o mundo terá de trabalhar para zerar as emissões líquidas de carbono até 2050.
- 2** A partir de 2020: os países comprometem-se a reduzir suas emissões de gases do efeito estufa (GEEs) a partir de 2020. Foram apresentados 158 planos de Pretendidas Contribuições Nacionalmente Determinadas (Intended Nationally Determined Contributions - INDCs, em inglês), compromissos voluntários definidos individualmente, contemplando 90% das emissões mundiais de GEEs.
- 3** Rever as contribuições nacionais em 2018: o acordo de Paris inclui o pedido para que os países revejam seus planos climáticos nacionais em 2018, antes do acordo entrar em vigência, pós-2020.
- 4** US\$ 100 bilhões/ano para projeto de adaptação e de mitigação: as nações desenvolvidas se comprometem a fornecer auxílio financeiro para os mais pobres, mobilizando US\$ 100 bilhões/ano, a partir de 2020, para ações de adaptação e mitigação das mudanças climáticas.
- 5** Revisão a cada cinco anos: o acordo prevê o compromisso de acompanhamento e revisão, a cada cinco anos, de como os países estão aplicando seus planos climáticos, com o primeiro encontro marcado em 2023.

Conselhos de Meio Ambiente e Sustentabilidade (COEMAS)

► NACIONAL E SUL-SUDESTE

FINDES- Vitória, 23/11/2015

A Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (FINDES) realizou reunião conjunta do COEMA Nacional e COEMA Regional Sul-Sudeste. À ocasião, sob a coordenação do presidente do conselho, Sr. Marcos Guerra, foram apresentadas as iniciativas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo (SEAMA) pelo secretário Rodrigo Júdice. Os painéis debateram os "Desafios do Gerenciamento de Recursos Hídricos", com a presença de representante da Agência Nacional de Águas (ANA), e o "Financiamento para Sustentabilidade". O evento contou com a presença de várias instituições financiadoras (BNDES, Santander, BRDE e BANDES). Ao final foram apresentados os principais pontos das negociações para a Conferência das Partes em Paris (COP 21) e o compromisso do Brasil para redução de emissões de gases de efeito estufa (GEEs). O grupo da GEMAS/CNI e os conselheiros do COEMA visitaram a planta da Acelor Mittal em Vitória.



Grupo da CNI e conselheiros na visita técnica à Acelor Mittal em Vitória/ES.

FIESC - Florianópolis, 25/09/2015

A pauta principal da reunião foi energia, balanço energético e fontes renováveis em âmbito nacional e regional. O coordenador do Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina, Edson Bazzo, abordou o consumo de energia por diversos setores industriais no estado, entre 2010 e 2012, e defendeu a queima combinada de diferentes biomassas, plantas de gaseificação, geração híbrida termossolar, sequestro de carbono, entre outras alternativas.

O diretor da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado de Santa Catarina, João Nadal, apresentou o Programa Catarinense de Energia mais Limpa, plano criado para desenvolver fontes de energia que tornam o estado autossuficiente e com baixo impacto ambiental. O Ministério de Minas e Energia enviou o coordenador geral de Planejamento de Combustíveis, João Patusco, para relatar os índices de matriz energética e matriz elétrica do Brasil, investimentos e indicadores do Plano Decenal de Expansão de Energia 2024 (PDE). O consultor da Gerência Executiva de Infraestrutura, Carlos Senna, da CNI, abordou o tópico sobre o custo da energia elétrica para a indústria brasileira em comparação com outros países e mostrou que o Brasil tem um custo bem superior ao da Índia e China. Representantes das federações presentes relataram os principais temas de pauta ambiental em seus estados. A FIESC apresentou o projeto “Monitora FIESC”, que tem o objetivo de cobrar a celeridade e eficiência na gestão das obras de infraestrutura estratégicas, além do Programa de Desenvolvimento Industrial Catarinense (PDIC), responsável pelo desenho das Rotas Estratégicas para os setores identificados como altamente promissores para Santa Catarina.

Regionais

► CENTRO-NORTE

FIER - Boa Vista, 23/10/2015

O painel de abertura tratou da contribuição do Brasil para o acordo sobre mudança do clima de Paris (COP 21), com ênfase nos projetos de mitigação, adaptação às mudanças climáticas, investimentos, tecnologia e capacitação, além da *Intended Nationally Determined Contributions* (INDC) do Brasil e os resultados da pós-COP 21.

O estado da arte da implementação do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), nas regiões Centro-Oeste e Norte, foi o segundo destaque do dia. Um dos pontos citados como ‘entrave’ à produção agrícola e exploração mineral foi a questão fundiária no estado. Por ocasião da reunião houve duas visitas técnicas: à Eletrobrás Distribuição Roraima e à empresa de arroz Itikawa em Boa Vista.



Mesa de abertura do COEMA Centro Norte em Boa Vista.

► NORDESTE

FIEP - João Pessoa, 06/11/2015

O “Papel da Energia no Desenvolvimento da Região Nordeste” e o “Papel da Energia Elétrica e Demandas Ambientais” foram os principais eixos temáticos que orientaram os debates durante a reunião. Foi apresentado o Plano Estratégico da Paraíba 2040 que inclui o crescimento da atividade industrial no estado de 4,4%; investimentos em infraestrutura, mobilidade, premissas e diretrizes para o planejamento estratégico, além da atuação do governo no desenvolvimento em longo prazo do estado da Paraíba. A Renova Energia, dentre os palestrantes convidados, defendeu a capacidade instalada (MW) de geração de energia eólica, solar e hidráulica no Nordeste, a liderança da região na geração eólica e forte participação na geração de energia solar.

ENTREVISTA

Anders Levermann, do *Postdam Institute for Climate Impact Research*, na Alemanha. É professor de Física e autor do capítulo sobre Mudança do Nível do Mar publicado no 5º relatório do Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas (IPCC). Foi o convidado especial do CNI Sustentabilidade 2015.



Anders Levermann
no CNI Sustentabilidade 2015

1. O que a indústria precisa saber sobre as mudanças climáticas? E como essas mudanças afetam o dia a dia da indústria?

A indústria precisa estar atenta a dois fenômenos. Em primeiro lugar perceber que o meio ambiente está mudando. A mudança não inclui apenas o aumento das temperaturas médias e a subida do nível do mar. Temos que estar preparados para eventos mais extremos como períodos de secas, volume de chuvas intensas e maior ocorrência de ciclones em zonas tropicais como furacões e tufões. Isso tudo causa transtornos às cadeias de suprimentos da indústria e às vias de transporte. Esse é um fator relevante que deve ser levado em consideração no planejamento estratégico das indústrias para o futuro. Em segundo lugar, a conscientização política no mundo está mudando. Recentemente, o Papa Francisco afirmou que precisamos combater as mudanças climáticas, e o presidente dos Estados Unidos, Barak Obama, junto à China também disseram o mesmo. Parece que tudo aponta na direção do uso de energias renováveis. A indústria deve reconhecer que as fontes renováveis são o futuro, enquanto os combustíveis fósseis não são mais.

2. O senhor defende a ideia de que, o mundo corporativo estará em desvantagem se ignorar as mudanças climáticas. Como o mundo dos negócios deve agir e adaptar-se às mudanças climáticas e qual é o melhor caminho?

Estamos vivendo a Terceira Revolução Industrial. A Segunda Revolução foi quando os computadores passaram a fazer parte de nossas vidas. Isso mudou tudo. Mesmo que algumas pessoas tenham ficado para trás essa revolução tecnológica não foi ruim para a economia global. O mesmo irá acontecer agora. Estamos caminhando para o mundo das energias renováveis e, apesar de nunca termos tido uma economia sem o uso de combustíveis fósseis, é isso que irá acontecer no futuro. Quanto mais rápido as companhias se adaptarem às mudanças climáticas e ao novo ambiente de negócios tanto melhor para elas. Essa atitude poderá contar como ponto de vantagem a favor da companhia que realizar isso a tempo.

3. Considerando que a maioria da população brasileira está concentrada no litoral, sobretudo no Sudeste do país, o senhor acredita que o aumento do nível do mar poderá afetar a economia do país?

O aumento do nível do mar é um problema para as áreas costeiras no Brasil porque elas são ocupadas por muita gente. Sempre digo que o fato do nível do mar subir é algo que nos preocupa porque controlá-lo requer altos investimentos financeiros. Por outro lado, não é algo que irá nos matar. O aumento do nível do mar é um processo lento, contínuo e não vai parar. Para proteger as áreas costeiras teremos que construir diques mais altos, como por exemplo, em Copacabana. E isso será feito, apesar do custo elevado, por causa da alta concentração de populações, cidades e indústrias nas regiões afetadas. Determinamos a velocidade e altura da subida do nível do mar a partir da análise das emissões de carbono, em nível global.

4. Quais são as suas expectativas para a COP 21? E qual seria o melhor cenário?

Acredito que este é o ano do clima. No ano passado registramos as temperaturas mais quentes até o momento, mas 2015 parece que vai terminar superando o ano anterior. O Papa Francisco acaba de publicar uma Encíclica cujo foco é a ecologia e o presidente dos Estados Unidos, Barak Obama, afirmou que durante o seu mandato as mudanças climáticas permanecem como tema prioritário. Até a China disse que vai continuar atingindo picos de emissão de gases de efeito estufa por alguns anos, mas em seguida irá reduzi-los. Atualmente, Paris representa uma grande esperança. Penso que conseguir um acordo vinculante será muito difícil porque temos estruturas políticas em diferentes países que não o permitem, como no caso dos Estados Unidos, do Congresso americano e a China. Obter um acordo que é digno do papel onde está redigido e que garanta manter o aumento das temperaturas médias abaixo de 2°C é algo que, a meu ver, pode ser alcançado em Paris. Pessoalmente, estou otimista.



Acaba de ser criada, em 2015, a primeira edição do prêmio O Estado Verde de Responsabilidade Ambiental - **Prêmio OeV no Ceará**. O objetivo é reconhecer o trabalho de uma pessoa que promove o desenvolvimento sustentável no estado. O gerente do Núcleo de Meio Ambiente, Antônio Renato Aragão, da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), foi a primeira personalidade na área ambiental, a ser reconhecida e agraciada com o prêmio. Ele também se destaca por sua ativa participação nos conselhos de Meio Ambiente e Redes temáticas da CNI, na qualidade de conselheiro do COEMA Nacional e do COEMA Regional Nordeste, além de representante do setor industrial da federação em várias instâncias de negociação e debate. Um prêmio mais que merecido!



PEGADAS SUSTENTÁVEIS

SETEMBRO

O Grupo de Trabalho Intersetorial de Produção e Consumo Sustentável (GT PCS) reuniu-se em 17/09 na sede da CNI, em Brasília.

O grupo trabalha para elaborar e sugerir critérios, parâmetros e indicadores de sustentabilidade de bens e serviços para produção e consumo sustentável. Coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o grupo conta com a participação de representantes do Ministério do Desenvolvimento e Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

A **Rede de Biodiversidade e Florestas da CNI** reuniu-se em 22/09/2015 na cidade de Curitiba. O debate destacou a Plataforma Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES). No Brasil, o ponto focal da IPBES é o Ministério das Relações Exteriores, que recebe apoio financeiro de Fundos de diversos países. O tema central de seus trabalhos são as espécies exóticas invasoras e o uso sustentável da biodiversidade. Os desafios da IPBES consistem na comunicação com cientistas e outros atores ligados à agenda. Para mais informações consulte: www.ipbes.net Durante a reunião a CNI apresentou o 'estado da arte' da Regulamentação da Lei 134.123/15 referente ao Acesso a Recursos Genéticos e Repartição de Benefícios. O governo está comprometido em envolver todos os segmentos da sociedade na regulamentação, apesar de ainda haver dificuldade de diálogo entre os interessados. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) já promoveu oficinas com povos indígenas em vários locais: Rio Branco, Belém, Montes Claros, Porto Alegre, Campo Grande e Salvador. Um cadastro de Acesso a Recursos Genéticos contará com recursos da Embaixada Britânica que será desenvolvido por módulos e contará com a importação de dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento

e Pesquisa Científica e Tecnológico (CNPq). A definição de Áreas de Preservação Permanente no meio urbano é um projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional. O Fundo Amazônia oferece a possibilidade de utilização de até 20% dos recursos para apoiar o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais. A gestão do fundo é feita pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES).

ACNI participou do XXV Congresso Mundial da União Internacional de Empresários Cristãos (UNIAPAC) que reuniu empresários, líderes, dirigentes executivos, governo e sociedade civil de 30/9 até 02/10/2015 em Belo Horizonte. O 10º Seminário Internacional de Sustentabilidade privilegiou o tema: **"Empresas, Governo e Sociedade Civil Trabalhando Juntos pelo Bem Comum"**. O evento teve o propósito de incentivar o compromisso da indústria mineira com as boas práticas da responsabilidade social e a construção de um ambiente mais saudável para negócios. Realizado desde 2000, o seminário de Responsabilidade Social Empresarial e Sustentabilidade tornou-se um evento internacional em 2003, levando aos maiores polos de desenvolvimento de Minas Gerais o debate e o compromisso do mundo corporativo.

OUTUBRO

A **GEMAS** adicionou à sua equipe um novo colaborador, Marcos Vinicius Cantarino, responsável pela agenda de mudanças climáticas. Ele é engenheiro metalurgista com experiência no setor siderúrgico e de mineração, e é o novo coordenador da Rede Clima da Indústria Brasileira da CNI.

A **Rede de Resíduos Sólidos da GEMAS/CNI** realizou reunião, em 29/10, por videoconferência. O diretor presidente da Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Afins-ABRELPE, Carlos Silva Filho, relatou os principais pontos do Panorama de Resíduos Sólidos 2014 e os desafios atuais na gestão de Resíduos Sólidos Urbanos(RSU) com destaque para a estimativa de custos para universalização da destinação adequada de RSU no Brasil com ou sem tratamento térmico; e a avaliação de custos ambientais e de saúde pública na gestão inadequada de RSU no Brasil. Os participantes ficaram conhecendo a nova ferramenta da CNI, a EXTRANET da GEMAS, que irá facilitar a comunicação e compartilhamento de documentos das redes e conselhos da GEMAS.

NOVEMBRO

O *International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD)*, organização sem fins lucrativos e centro de estudos internacional com sede na Suíça, publicou artigo do gerente executivo da GEMAS, Shelley de Sousa Carneiro, sobre a gestão de resíduos sólidos no Brasil na perspectiva das mudanças climáticas. A edição especial “COP 21: por políticas verdes duradouras” pode ser acessada na íntegra [neste link](#).

A CNI participou, entre os dias 22 e 27/11/2015, do **XXI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos** promovido pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos. Dentre as atividades da CNI no simpósio destaca-se o apoio da CNI ao concurso *Hackaton: A Água. E Você?*, que premiou um aplicativo para celulares que identifica problemas como vazamentos, falta de água em prédios e casas, enchentes e água parada com risco de dengue. O aplicativo Dropper, que pode ser acessado em qualquer aparelho celular, disponibiliza em tempo real, acesso a dados sobre problemas comuns relacionados à água e ao local onde estão ocorrendo, assim como informações sobre níveis dos reservatórios na região do usuário, além de atividade educativa. O prêmio foi entregue pelo Dr.

Shelley Carneiro de Souza – Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI. No dia 26/09 o especialista Percy Soares Neto participou da Mesa Redonda - Comitês e agências de bacia na gestão de eventos extremos: experiências da França (1969-2015) e desafios para o Brasil, que contou também com a participação de dirigentes da Agência de Água *Loire-Bretagne* e do *Office International de l'Eau*.

DEZEMBRO

A CNI realizou em 02/12/2015 a **9ª reunião do Grupo de Trabalho Intersetorial sobre Produção e Consumo Sustentáveis (GT PCS)**. Foram apresentados o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis 2016/2019 PPCS e a proposta de trabalho e agenda para 2016. Os membros do GT PCS tiveram a oportunidade de ler antecipadamente a parte do PPCS referente à indústria e enviar contribuições. Além disso, foram revisados os objetivos do GT PCS e definida a agenda das reuniões de 2016: 27/01; 31/03; 16/06; 25/08; 09/11/2016.

Os resultados preliminares das mesas de diálogo realizadas ao longo deste segundo semestre foram apresentados na **1ª reunião Comitê Gestor Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis (CGNPCS)** de 2015, incluindo os dez eixos temáticos do PPCS 2016/2019: Varejo Sustentável; Consumo Sustentável; Construções Sustentáveis; Finanças Sustentáveis; Compras Públicas Sustentáveis; Gestão de Resíduos Sólidos; Relatórios de Sustentabilidade; Indústria Sustentável; Agricultura Sustentável; Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P. Foi definido, ainda, o cronograma de trabalho para contribuições do texto do PPCS: Envio de contribuições até 29/02/2016; Reunião do CGNPCS em 30/03/2016; Consulta Pública nos meses de março e abril; Lançamento do PPCS 2016/2019 em 05/06/2016.



Colegiados

► Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

Brasília, 23/09/2015

O CNRH autorizou a prorrogação da delegação de competências das seguintes entidades: Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, Instituto BioAtlântica – Ibio, Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo - AGB Peixe Vivo, para desempenharem as funções de Agência de Água de Bacia Hidrográfica no Rio Paraíba do Sul, Rio Doce e Rio São Francisco, respectivamente. A indústria apresentou proposta de parágrafo único a ser acrescida ao texto da Resolução, em pauta, sugerindo que a viabilidade das entidades delegatárias fosse assegurada com as receitas oriundas da cobrança pelo uso da água “condomínial”, acrescidas de recursos da cobrança pelo uso da água paga pelo setor elétrico. A proposta do setor industrial foi rejeitada pelo plenário do Conselho. A Agência Nacional de Águas (ANA) manifestou o entendimento que os preços da água sejam reajustados e que está se articulando com os estados que ainda não implementaram esse instrumento, para começarem a cobrar pela água. Os exemplos citados foram os estados do Espírito Santo, que já conta com a cobrança na calha do rio Doce; o da Bahia, que conta com a cobrança na calha do São Francisco, e de Goiás que, segundo a ANA, deve iniciar a cobrança na calha do Paranaíba.

Foi debatida pelos presentes a necessidade de uma reflexão sobre as disfunções do atual modelo ANA-delegatárias-comitês de bacia e do próprio instrumento da cobrança pelo uso da água. Há convergência sobre a demanda pelo debate, mas apenas o setor usuário da água tem apresentado propostas concretas. Destaca-se o estudo contratado pela CNI sobre o tema e entregue ao governo federal, em 2013, além dos pareceres e documentos assinados por todos os representantes dos setores usuários da água entregues ao CNRH, na ocasião do debate sobre o reajuste dos valores da cobrança nas Bacias PCJ.

A ANA informou que está debatendo com as entidades delegatárias os novos contratos de gestão. Essa discussão vem sendo feita com a presença dos Comitês de Bacia Hidrográfica, contando com os representantes do setor industrial. Reconhecemos a importância de explicitar nos contratos o repasse complementar da ANA às entidades delegatárias de receitas oriundas do pagamento do setor elétrico. Por outro lado, a CNI recomenda extrema atenção e veemente contestação de qualquer proposta de vinculação desses repasses ao aumento dos Preços Unitários Básicos – PPU ou à implementação da cobrança pelo uso da água. É importante que o setor industrial atue de forma efetiva no âmbito dos Comitês de Bacia para evitar esse tipo de iniciativa. Qualquer vinculação de valores ou aumento do PPU em um contrato celebrado entre ANA e entidade delegatária, mesmo que o Comitê da Bacia seja consultado, fere a autonomia do Comitê em deliberar sobre a matéria. Salvo se houver deliberação específica sobre o tema.

II – Moção não contingenciamento dos recursos da Cobrança pelo Uso da Água.

A ANA apresentou pedido de regimento de urgência para apreciar moção do CNRH solicitando o não contingenciamento dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água pagos pelo setor elétrico. A moção foi aprovada por unanimidade. Com essa iniciativa a ANA reconhece, mais uma vez, o enquadramento de sua principal fonte de receita como cobrança pelo uso da água.

II – Moção sobre Plano da Bacia do Rio Paraguai

A proposta de moção que solicitava ao governo do Mato Grosso providências quanto ao conflito de interesse na representação dos segmentos sociais e econômicos, na composição do grupo de acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos da região hidrográfica do Rio Paraguai, foi rejeitada.

As apresentações sobre a situação hídrica e a gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos estão disponibilizadas [neste link](#)



Brasília, 09/12/2015

O CNRH realizou nessa data a **38ª Reunião Extraordinária do Conselho**. Na oportunidade, dentre outros assuntos, foram aprovados os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Verde e a prorrogação da delegação de competência da Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, para a Associação Multissetorial de usuários de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari – ABHA. O Conselho apreciou os Relatórios de Segurança de Barragens 2012/2013 e 2014, encaminhados pela ANA e debateu a situação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, após o rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana/MG. A empresa SAMARCO fez uma apresentação sobre as ações que vêm sendo empreendidas para minimizar os danos do ocorrido.

► Comitê de Integração de Políticas Ambientais do CONAMA (CIPAM)

Brasília, 09/12/2015

Durante a **8ª reunião do CIPAM** houve a aprovação da transcrição *ipsis verbis* da 7ª reunião do CIPAM e admissibilidade de matéria: processo nº 02000.001845/2015-32 – Minuta de Resolução CONAMA, que dispõe sobre os critérios e diretrizes gerais do licenciamento ambiental, disciplina suas modalidades, estudos ambientais, bem como seus procedimentos, e dá outras providências. O proponente foi o Governo do Estado da Bahia/Associação Brasileira das Entidades de Meio Ambiente (ABEMA). A proposta de resolução da ABEMA propõe a revisão das Resoluções Conama nº01/1986 e nº237/1997, no que diz respeito ao processo de Licenciamento Ambiental, dispõe sobre os critérios e diretrizes gerais do licenciamento ambiental, disciplina suas modalidades, estudos ambientais e procedimentos. A ação é resultado de debates com todos os associados da ABEMA, representantes dos estados da federação e distrito federal, ao longo de 2015. O tema é de suma importância para a indústria brasileira, estando presente, inclusive, no Mapa Estratégico 2015-2022. A GEMAS/CNI priorizará o acompanhamento da tramitação da proposta nas diversas instâncias do CONAMA (CT Controle Ambiental, CT Assuntos Jurídicos e Plenária).



Veja mais

Conheça o que a CNI pensa sobre a sustentabilidade na indústria do nosso país:
www.cnisustentabilidade.com.br